

O papel das redes digitais na configuração epistemológica dos debates de sociedade¹

João Carlos Correia

*Universidade da Beira Interior*²

jcfcorreia@gmail.com

Resumo: Uma das consequências da aparição da sociedade em rede foi a transformação estrutural da noção de espaço público verificada por impacto das redes sociais num ambiente comunicativo caracterizado por uma aceleração significativa das trocas simbólicas, induzidas pelos meios digitais, nomeadamente redes sociais e comunicação móvel.

As redes sociais e as comunicações móveis, ao penetrarem na domesticidade e reconfigurarem as interações sociais, transformam as noções de espaço, tempo, interação e participação, gerando questões dificilmente contornáveis: que públicos se formam das novas formas de interação entre os privados? Qual o significado do diálogo público nas novas condições de interação geradas por novos dispositivos e plataforma? De que forma as trocas simbólicas na rede expressam na sua materialidade a reconfiguração das estruturas do espaço público?

A fim de conferir densidade empírica à análise, recorre-se a exemplos proporcionados por páginas do Facebook e vídeos do YouTube durante as manifestações realizadas em Portugal contra as medidas de austeridade. Neste sentido, adianta-se como hipótese a existência de vários níveis de transformações: a) No domínio linguístico e discursivo, passando pela estetização das mensagens, resultante da introdução de formas de expressividade; b) Ao nível da circulação do conhecimento, eventualmente objecto de transformações no modo da sua circulação, disseminação e recepção; c) Na concepção de política em que se adivinha uma sobrevalorização da participação directa em detrimento da política profissional bem como o afastamento das formas canónicas de deliberação racional; d) No plano epistemológico, graças ao predomínio da dimensão relacional da festa - afectiva - sobre a dimensão racional, programática e estratégica.

Palavras-chave: Novas Tecnologias; Cidadania; Espaço Público; Indignados; facebook

1. Submetido a 9 de Fevereiro de 2014 e aprovado a 15 de Abril de 2014.

2. Universidade da Beira Interior, Rua Marquês de Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã, Portugal.

Abstract: One of the consequences of the emergence of the network society was the structural transformation of the notion of public space verified by the impact of social networks in a communicative environment characterized by a significant acceleration of symbolic exchanges induced by digital media, including social networks and mobile communications .

Social networks and mobile communications , to penetrate the domesticity and reconfigure social interactions, changed notions of space , time, interaction and participation , generating hardly avoidable issues: What does it mean the public dialogue in the new conditions of interaction generated by new devices and platforms ? How the symbolic exchanges expresse in its materiality the reconfiguration of the structures of public space ?

In order to give empirical density to analysis , were used examples provided by Facebook pages and YouTube during the 12nd March demonstrations in Portugal against austerity measures , using as hypothesis the existence of multiple levels of transformations : a) at the rethoric level, through the aestheticization of messages resulting from the introduction of new forms of expression ; b) At the knowledge level, changes in the way of its circulation , dissemination and reception ; c) at participative level, the overvaluation of direct involvement at the expense of professional politics and the canonical forms of rational deliberation : d) At the epistemological level ,the dominance of the relational dimension over the rational, proogrammatic and strategic dimension .

Keywords: New Technology; Citizens; Public Space; Indignados; facebook

A CONFIGURAÇÃO epistemológica dos debates públicos passa pela passa pelo conceito de espaço público sujeito a intenso reexame desde a sua formulação clássica por Hananh Arendt (1958) e Jurgen Habermas (1961). A primeira apresentou a esfera pública como um espaço de liberdade onde os seus participantes se reconhecem como livres e iguais, dotados de uma disponibilidade essencial, que consiste em se furtarem aos imperativos da necessidade e da preocupação com a sobrevivência (Arendt, 1986: 32). A modernidade representou a dissolução da linha que separava o público do privado, a colonização do público por uma actividade económica governada pela troca de mercadorias e pela busca da satisfação e da segurança individual. As comunidades políticas passaram a ser governadas como gigantescos espaços onde se verifica uma substituição da política pela economia e pela estatística (cf. Arendt, 1986: 29).

A análise de Habermas também contemplou, inicialmente, uma crítica da modernidade, demonstrando a impossibilidade de conciliação dos imperativos económicos com a formação discursiva da vontade. Na esfera pública iluminista, a publicidade exerce uma função crítica, implicando três níveis de mediação: a família, o público literário e a política. A emergência de uma esfera íntima constituída pela família restrita foi um lugar de afirmação de subjectividade (Habermas, 1982: 45). A esfera literária adicionou ao livre arbítrio e à autonomias na família restrita, a racionalidade dialógica gerada na discussão das pessoas privadas reunidas num público. Finalmente, a dimensão política da esfera pública estabeleceu-se em torno da figura central do poder chamado agora perante o fórum do público (Habermas, 1982: 78-79).

A esfera pública deu a vez, no capitalismo tardio, a um aparelho constituído por representantes e especialistas fechados sobre si mesmos. A massificação da cultura e a substituição da esfera pública iluminada por consumidores passivos, a expansão da burocracia e a transformação da imprensa em instrumento de interesses particulares tornou a opinião pública de fonte de julgamentos críticos em variável psicossociológica destinada a ser manipulada.

Nas formulações posteriores, em torno da deliberação, a formação de opinião pública ocorre numa rede de esferas públicas que se sobrepõem umas às outras gerando fluxos comunicacionais de natureza informal (cf. Habermas, 1996: 33). A esfera pública materializou-se numa rede de sensores localizados no interior da sociedade, sensíveis ao às pressões dos problemas colectivos e, também, como uma caixa-de-ressonância que amplifica a pressão dos problemas, tematizando-os e dramatizando-os de modo a serem assumidos e considerados pelos decisores. A influência política dos actores assenta, em última instância, no acordo de um público de leigos que possui os mesmos direitos e que tem de ser convencido através de contribuições compreensíveis e interessantes sobre temas que eles consideram ser relevantes

A configuração desta esfera pública suscitou controvérsias que se traduziram numa literatura vasta. Questionou-se a noção de que uma deliberação livre de coerção e de relações de poder fosse necessária para legitimar políticas públicas. O que seria necessário, no lugar de regras de deliberação muito abstractas, seria a compreensão da natureza e do significado da deliberação tal como ela se verifica

em condições “não – ideais” (Guttmann e Thompson, 1996 cit. in Held, 2006: 241-242).

O modelo unitário de esfera públicas foi abandonado para, em seu lugar, se erguer a atenção a uma rede heterogênea de públicos que podem inclusive repensar, renegociar e reconsiderar questões controversas geralmente excluídas da agenda desenvolvendo uma especial sensibilidade para temas que ficam confinados à periferia da sociedade civil (cf. Fraser, 1992). Foi convocada a noção de espaços públicos oposicionais (counter public spheres) por oposição a uma esfera pública monolítica e exclusivista (cf. Silva e Garcia, 2011: 90).

O papel da Internet como um ator social e político que configura a esfera publica tem sido objeto de análise acadêmica intensa sendo frequentemente citadas as reflexões realizadas por Pierre Lévy (1997 a e b), Dominique Wolton, (1999-a, 1999-b), Lincoln Dahlberg (2005 - a; 2005-b; 2005-c), Cass Sustein (2000), George (2001), Manuel Castells (2001), Jauréguiberry et Proulx (2002) Pipa Norris (2001), Hassan (2004), Fenton (2010), Serge Proulx (2000, 2007a, 2007b, 2009), Mieke (2011), Correia e Maia (2011) Rousiley C.M. Maia (2012), Ferreira (2012) num debate que prossegue hoje em torno das redes sociais (Burgess e Green, 2009; Silva e Garcia, 2012). O debate acadêmico sobre o impacto político das tecnologias digitais sugere uma divisão teórica entre “euforia cibernética” e “distopia digital”.

A abordagem “distópica” refere uma série de desvantagens e obstáculos que negam o papel político da internet. Os otimistas e utópicos negligenciaram os componentes sociais e políticas do poder sobre o sistema de media incluindo a internet. O espaço público foi modificado mas isso não significou necessariamente um alargamento do direito de comunicar. (George, 2001: 24) A participação de audiências não significou necessariamente um aumento da qualidade da cidadania já que também aumentaram as possibilidades de as pessoas depreciarem pontos de vista alternativos (Sunstein: 2001: 49). Mais recentemente, as redes sociais, com suas causas e grupos temáticos, seriam responsáveis de ambiente fragmentado, com impacto negativo sobre o diálogo racional democrático (Fenton, 2009: 8-9). Estabeleceu-se uma ligação direta entre a internet e as dinâmicas culturais da “globalização neoliberal”, como força ideológica que muda o papel e a natureza dos meios de comunicação nas

sociedades modernas (Hassan, 2004). Avistaram-se sinais de que os padrões de produção capitalista transformaram a internet num meio comercial, menos vocacionado para a promoção de práticas democráticas (Papacharissi, 2004: 20). Finalmente, a economia-mundo e a ordem da informação, triangulada em torno da União Europeia, Estados Unidos e Ásia, garantiram que os fluxos informativos centrados na produção de conteúdos desempenhassem um papel decisivo na difusão da ideologia liberal (cf. Proulx, 2002). A «sociedade da informação» é o «logo» neoliberal da globalização (Mattelart, cit. in Proulx, 2007-b)

Por seu lado, na abordagem “eufórica”, a internet, redes sociais e as formas de ativismo geradas neste ambiente proporcionam aos movimentos sociais oportunidades adicionais para se tornarem agentes ativos no processo político aumentando sua ação participativa coletiva. O ciberespaço apareceu, no limite, como a possibilidade de materialização técnica dos ideais modernos (Lévy, 1997b: 122).

Em face da ambivalência ~constitutiva das potencialidades sociais e políticas reveladas por esta oscilação consolidou-se uma postura epistemológica matizada dos observadores simultaneamente crentes nas possibilidades oferecidas e vigilantes e críticos face às ilusões sociais originadas pelo enorme desenvolvimento tecnológico (cf. (Proulx,2000: 253).

Admite-se que, pelo menos ocasionalmente, a internet permitiu a interatividade com os públicos, gerou um novo tipo de discussão pública, superou a dependência de alguns fóruns informais dos sistemas económicos e políticos, constituindo as condições para a busca de ângulos de abordagem alternativos, facilitando o diálogo público entre os cidadãos e, finalmente, evitando o uso excessivo dos quadros e rotinas hegemónicas. Durante os finais dos anos 90 e princípios da década, formação de conglomerados de dimensão universal coexistiu, ainda que com contradições e diferenciações incontornáveis com uma segmentação que passa muitas vezes pela tentativa de recuperar os traços distintivos de subculturas (Ferry, 1995: 58).

A concentração de capitais e fluxos económicos nos sectores da informação e da comunicação foi acompanhada por fenómenos contraditórios de segmentação, fragmentação, aumento da diversidade e do pluralismo sociológico e por isso

coexistiu com discursos e práticas defensores de fenómenos de reativação e até de intensificação de identidades nacionais e regionais” (Mesquita, 2000: 71).

A nova geração de tecnologias facilitou o envolvimento dos cidadãos na observação e interpretação dos acontecimentos. Inspirados pelos trabalhos de Certeau, recuperaram-se conceitos como sejam tecnopolítica e tactical media para qualificar experiências em que os novos meios, pela sua escassa necessidade de investimento material, foram usados pelos grupos e indivíduos que se sentiram excluídos do diálogo público e da cultura hegemónica. Estes grupos de activistas resultaram de uma mistura de velhas escolhas políticas com o envolvimento de movimentos artísticos de vanguarda na apropriação das novas tecnologias. Assim, um movimento híbrido etiquetado pelos media mainstream como antiglobalização ganhou expressão crescente. O ativismo na NET foi encarado como sendo um mix de velho e de novo, assombrado pela geografia, género, raça e outros fatores políticos. Assim estes movimentos e seus teóricos falaram de equações como a «rua mais o ciberespaço», o encontro de arte, ciência e tecnocultura, como pontos de partida para abordagens interdisciplinares de renovação do discurso (Lovink e Schneider, s/d). A criação destes grupos (curadores, artistas, programadores) facilitou a libertação de gramáticas e de léxicos diferenciados, marcados pelo hedonismo, pela ironia, pelo intertextualismo e dialogismo.

Esta convergência suscitou, sob formulas diversas, uma nova poética e uma nova retórica da dissidência e mais recentemente encontrou expressão teórica no conceito de *technology activist groups*. Com base nas suas competências de programação e de criação de estruturas descentralizadas de distribuição de sinal de rede (WiFi hotspots), estes indivíduos e grupos sociais desenvolveram novas práticas sociais aplicando tecnologias, expressando pontos de vista de mudança social e procedendo à atribuição de uma dimensão política a locais, objetos e práticas que não eram identificados como políticos. (cf. Proulx, 2009: 293-294.)

Os espaços chamados de “indignados”, pela sua heterogeneidade e pela intervenção das redes sociais, tornaram ainda mais pertinente elaboração de uma interpelação diferente sobre concepção de esfera pública.

A globalização atingiu a Europa de vários modos mas podem-se identificar alguns traços merecedores de atenção: a) diminuição da mobilidade social, a qual

atinge uma geração de jovens de classe média que se distinguem pelas suas competências culturais e tecnológicas; b) Proletarização de quadros qualificados tecnologicamente, dotados de capital cultural e de criatividade; c) Circulação de meios e plataformas adaptáveis a formas de intervenção política mais flexíveis; d) Proliferação de novos discursos que, desde os anos 90, já suscitavam a adesão de intelectuais e criativos sensibilizados para política (ao nível do vídeo e do cinema) mas que se tornou mais evidente com as redes sociais e a Web 2.0. O capitalismo gerou uma vez mais, uma dialéctica de alienação /emancipação com novos excluídos, novas práticas e novos instrumentos de dissidência enquanto alimentava novas exclusões e novos modos de interiorizar a dominação.

A primeira manifestação de indignados em Portugal ocorreu em 12 de Março de 2011. A inscrição e mobilização decorreram em larga medida no Facebook, contribuindo aliás para a sua visibilidade dada a relativa novidade do fenómeno e o facto de os movimentos conhecidos por Primavera Árabe terem sido notícia há pouco tempo. A página criada do Facebook registou a evolução nos dias que precederam e se seguiram à manifestação. No dia 11, verificaram-se 3251 posts, no dia 12, número que subiu para 12644 no dia da manifestação, decaindo para 1766 no dia 13. Atingiram-se 17 661 mensagens, sem contar com os comentários agregados ao primeiro post colocado na cronologia do iniciador de cada conversa.

Numa breve análise das atitudes perante a manifestação, destacaram-se:

- a. Forte investimento emocional. Em face dos elementos mostrados foram considerados itens reveladores dessa atitude os seguintes: “apoio”, “apelo”, “testemunho”, “rejeição”, “ceticismo”. O “simples apoio” traduziu-se em frases de incitamento ou concordância.. O “Apelo” era geralmente um incitamento mais ou menos inflamado à participação.

O “testemunho” evoluiu ao longo de três estádios: a) Antes da manifestação, o testemunho referiu-se ao relato da história pessoal (precariedade, desemprego, ausência de acesso ao mercado de trabalho) que justifica a participação; b) durante e depois a manifestação, traduziu-se no envio de fotos, vídeos e mensagens

de telemóvel que acentuam a grandeza da manifestação e o orgulho em estar presente num evento exemplar ou mesmo histórico.

Exemplos: “Parabéns. Afinal estamos vivos! ();Estamos de parabéns!!!! Isto é apenas o inicio.... Foi mítico. Parabéns a todos os que tiveram coragem de ir para rua!!!. Que coisa descomunal! ”

A “rejeição” foi marginal e traduziu-se sempre numa ausência de argumento racional. O “ceticismo” acentuou a adesão aos propósitos e objetivos mas revelou descrença perante o meio escolhido para os atingir. É visível em frases como esta:

“Belos momentos! Grande geração, especialmente todos aqueles que não estavam sóbrio ou drogados a serem filmados pelas grandes estações televisas internacionais! O espetáculo da nossa geração! Não basta protestar, temos de ter ideias concretas”.

- b. Denotou-se escassa ou residual identificação política. Analisados os posts do Facebook e os vídeos transmitidos pelo YouTube, verificam-se traços dessa escassez. Os emblemas apareceram pontualmente. As canções tinham a presença mais significativa, especialmente através do vídeo. Os vídeos (dos quais, a maioria proveio do YouTube) constituem um acervo importante de citação, remistura, ironia, comentário e uso subversivo das ferramentas digitais. As fotos e vídeos (incluindo fotomontagens satíricas, imagens de eventos antiglobalização ou mensagens de tonalidade satírica e irónica) eram identificáveis em menor número. Pontualmente, surgiam manifestos de movimentos relativamente fugazes e de difícil caracterização político-ideológica.
- c. Na categoria “Responsabilidade pela situação” consideraram-se hipóteses tais como “o Governo”, “classe política”, “Sócrates”, “Banca e Finanças” e “O Povo”. A classe política, como um todo, é enfaticamente desprezada sem particularizar o governo ou uma personalidade específica. O rol inclui também uma extensa e fragmentada lista de denúncias contra personalidades públicas ou entidades díspares o como presidente da

União Europeia, o fundador da nacionalidade (D. Afonso I) ou o Pai Natal.

Exemplo: “As medidas de austeridade deveriam certamente afectar primeiro os que contribuíram para a actual situação económica do País. O POVO JA NAO PRECISA DOS PARTIDOS OU SINDICATOS PARA SE ORGANIZAR - POLITICOS QUE SE CUIDEM!! “ direita ou esquerda é tudo a mesma merda. “Após ver um vídeo cheguei à conclusão que de facto não existe qualquer diferença entre a Líbia, o Egipto, a Tunísia e Portugal. (...)estou farto de ouvir comentadores, politólogos e o raio que os parta..são sempre os mesmos a opinar...e o povo pá?...e o povo pá? Não existem aí uns militares para fazerem um novo 25 de Abril e correr com esta classe política corrupta toda.”

O sentimento de desprezo pela política institucional e a preocupação em rejeitar a apropriação política do movimento traduz-se enfática falta de confiança no compromisso não apenas partidário mas ideológico. “Os poucos esquerdistas que sobram parecem ter dificuldade em proporcionar a ao movimento uma ideologia, até porque o movimento parece funcionar sem nenhuma.” “We don’t need your revolution.”(Lowinsky and Schneider, s/d).

- d. A manifestação – particularmente a de 12 de Março – trouxe traços completamente distintivos em relação a elementos fundamentais da caracterização clássica da esfera pública como a fragmentação e o papel atribuído à racionalidade estético-expressiva. Verificou-se o uso de léxicos e recursos simbólicos com configurações marcadas pela atenção à linguagem icónica, aos elementos multimidiáticos e ao uso da ironia (Correia, 2004). Dos vídeos resultantes do YouTube destacam-se montagens que procuram desconstruir através da irreverência semântica a mensagem tradicional expressa pela classe política. Posteriormente, a página do movimento registou o surgimento de vídeos especialmente concebidos para comentar a agenda do movimento. Aí se encontram canções maioritariamente interpretadas por artistas de rap e de hip-hop

que denotam a convergência de estéticas urbanas com ativismo político e social.

- e. O modelo que parece adequar-se melhor convoca a multimodalidade de práticas discursivas, de tipos de racionalidade e a diversidade de esferas públicas. Os modelos da Teoria Social clássica parecem fundados em distinções por demais rígidas as quais, mesmo funcionado com uma intencionalidade heurística podem adquirir uma configuração idealista que bloqueia a compreensão das esferas públicas contemporâneas (cf. Correia, 2011: 46)

A pluralidade de discursos manifesta – se em formas de participação que incluem o afecto, o desabafo, o encolher de ombros, a trivialidade, a fruição lúdica ou o cinismo bem-humorado como estratégia de distanciação ou o desabafo como estratégia de crítica política.

- f. Não é seguro que se possa evidenciar aqui a existência de um ganho epistémico no diálogo público: as redes sociais e as comunicações móveis parecem, mais do que do que qualquer outra forma de comunicação, ser indutoras de formas de fragmentação e polarização que conduz à erosão do capital social ou do espírito público, suporte para uma espécie de privatização massificada. A ironia e o desprezo pelo público poderão afectar a rede de confiança e reciprocidade que constitui o fundamento da sociedade civil moderna.

Todavia, diversas pesquisas (Katz, 2001; Katz e Rice 2002, Kavanaugh e Patterson, 2001; Ring, 2004) - denotam o surgimento de elevados níveis de interacção colectiva ou a existência de formas de correlação positiva entre a interacção mediada pelas redes e comunicações móveis e a ação colectiva.

A análise social não pode ignorar a descoberta de espaços diferenciados de autonomia em nome da crítica ao neoliberalismo como ideologia dominante

da sociedade em rede. Antes deve enfrentar as novas formas de associação de privados como públicos desde uma perspectiva que compreenda algumas realidades.

A questão perde algum do seu dramatismo se for assumida a ideia de que os espaços de publicidade crítica (especialmente os espaços públicos subalternos) sempre foram múltiplos, fragmentados, fugidios e problemáticos e acompanhados de uma sensibilidade iconoclasta (Fraser in Sheller, 2004), usando o humor como instrumento de desconstrução social. (Correia, 1996; Hazard, 1974; Silvia e Garcia, 2011). Porém, a permeabilidade do ativismo político às esferas públicas culturais e a consequente dimensão da racionalidade expressiva, apesar de ser uma constante historicamente documentada – presente no século XVIII, nos movimentos revolucionários modernos e acentuada nas formas de contestação da segunda metade do século XX que, desde as barricadas de Paris até ao Muro de Berlim, se apropriaram dos produtos de massa ou da cultura de vanguarda - foi pouco considerada nas propostas analíticas de esfera pública. Por outro lado, as práticas discursivas em sentido lato sempre mudaram em função da materialidade dos seus suportes e aos usos sociais permitidos pelos suportes, os quais modificaram sem determinarem, as transformações simbólicas, a configuração das interações e a natureza do diálogo.

As redes sociais não são espaços públicos. Podem gerar espaços públicos fluidos, produtores de opinião e diálogo, de contestação e de criação não podem ser extraídos da conversação geral da sociedade sobre política nem dos contextos de sobredeterminação do poder que o enquadramento hegemónico construído em torno do conceito de sociedade de informação, criaram. Sociologicamente, não há espaço para determinismos e, mais uma vez, se os meios influenciam a mensagem, importa continuar a considerar e a avaliar, sem generalizações, os usos desses meios e os contextos e correlações de forças com que esses meios se cruzam.

Referências

Arendt, H. (1971). *Sobre a revolução*. Lisboa, Moraes Editora.

- Arendt, H. (1986). *The human condition*. Chicago, Chicago University Press.
- Burgess, J. e Green, J. (2009). *YouTube: Online video and participatory culture*. Cambridge: Polity.
- Castells, M. (2001). *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, business and society*. Oxford: Oxford University Press.
- Certeau, M. d. (1984). *The Practice of Everyday Life*. Berkeley, LA, London: University of California Press.
- Correia, J. C. (1996). *Jornalismo e espaço público*. Covilhã: Livros LabCom.
- Correia, J. C. (2004). *Comunicação e cidadania: os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Correia, J. C. (2011). The meanings of public sphere: is there any democratic role for Internet?. Em J. C. Correia e R. Maia (org.), *Public Sphere Reconsidered: Theories and Practices* (pp. 37-50). Covilhã: Livros LabCom, Colecção: Pesquisas em comunicação.
- Dahlberg, L. (2005a). The habermasian public sphere: Taking difference seriously?. *Theory and Society*, 34 (2): 111-136.
- Dahlberg, L. (2005 b). The corporate colonization of online attention and the marginalization of critical Communication? *Journal of Communication Inquiry*, 29 (2):1-21.
- Dahlberg, L. (2005 c). The Internet as public sphere or culture industry? From pessimism to hope and back. *Media and cultural politics*, 1 (1): 93-96
- Dahlgren, P. (2005). The internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Communication*, 22(2): 147-62.

Davis, R. (1999). *The web of politics*. Oxford: Oxford University Press.

Fenton, N. (org.) (2009). *New media, old news: journalism and democracy in the digital age*. Londres: Sage.

Ferreira, G. B. (2012). *Novos Media e Vida Cívica. Estudos sobre deliberação, internet e jornalismo*. Covilhã: Livros LabCom.

Férry, J. M. (1995). *Quelle théorie critique des média aujourd'hui*. Em G. Harscher e B. Libois (org.), *Les médias entre droit et pouvoir - redéfinir la liberté de la presse* (pp. 53-65). Bruxelles: Ed. Univ, de Bruxelles.

Férry, J.-M., Wolton, D., et al. (1995). *El nuevo espacio público*. Barcelona, Editorial Gedisa.

Fraser, N. (1992). *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actual Existing Democracy*. Em C. Calhoun (org.), *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, p. 109-42.

George, Éric (2001). *Relecture du concept d'espace public à l'heure de l'Internet*. Em *Émergences et continuité dans les recherches en information et communication, actes du 14e congrès de la Société française des sciences de l'information et de la communication (SFSIC)*, pp. 23-31.

Held, D. (2006). *Models of Democracy*, Cambridge: Polity Press.

Habermas, J. (1982). *Mudança estrutural da esfera pública*. Lisboa, Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (1996). *Between facts and norms*. Cambridge, MA: MIT Press.

Hassan, R. (2001). *Media, politics and the network society*. Maidenhead: Open University Press.

- Hazard, P. (1974). O pensamento europeu no século XVIII (De Montesquieu a Lessing). Lisboa: Presença.
- Jauréguiberry, F. e Proulx, S. (org.) (2002). Internet, nouvel espace citoyen? Paris: L'Harmattan.
- Katz, J. E et al. (2001). The internet, 1995.2000 access, civil involvement and social interaction. *American Behavior Scientist*, 45 (3): 405-419.
- Kavanaugh, A.L. e Patterson, S. J. (2003). The impact of community computer networks on social capital. *American Behavior Scientist*, 45 (3): 496-509.
- Ling, R. (2004). The Mobile connection: the cell phones' impact on society. Amsterdam: Morgan and Kauffman Publishers.
- Lowink, G. e Schneider, F. (s/d). A Virtual world is possible. From tactical media to digital multitudes. Em *Artnodes, Intersections between arts, sciences and technologies*, disponível em <www.uoc.edu/artnodes/espai/eng/art/lovink_schneider0603/lovink_schneider0603.html>, acedido em 13 Maio 2013.
- Lévy, P. (1997a). *Cyberculture. Rapport au Conseil de l'Europe dans le cadre du projet Nouvelles technologies: coopération culturelle et communication*. Paris: Odile Jacob.
- Lévy, P. (1997b). La cyberculture en question : critique de la critique. *La Revue du MAUSS*, 9 (1.º semestre): 111-126.
- Maia, R. (2012). *Deliberation, the media and political talk*. Nova Iorque: Hamptom Press.

- Mesquita, M. (2000). As profissões dos media na era da comunicação transnacional. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 27, *Jornalistas* 2000. Lisboa, Relógio d'Água.
- Miège, B. (1995). L'espace public : perpétué, élargi et fragmenté. Em I. Pailliant (org.), *L'espace public et l'emprise de la communication* (pp. 163-17). Grenoble: Ellup.
- Miège, B. (2010). *L'Espace public contemporain : approche info-communicationnelle*. Grenoble: PUG.
- McCaughey, M. e Ayers, M. D. (org.) (2003), *Cyberactivism. Online activism in theory and practice*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Norris, P. (2001). *Digital divide? Civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Papacharissi, Z. (2004) *Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups*. *New Media & Society*, 6(2): pp. 259–83.
- Proulx, S. (2000). Mondialisation et réseaux de communication : vers de nouvelles solidarités citoyennes? Em M. Van Cromphaut (org.), *Les mondialisations* (pp.247-258). Baudour: Convaincre.
- Proulx, S. (2002). Mondialisation et mouvements d'affirmation identitaire: expressions possibles de la société civile internationale. Em F. Jauréguiberry & S. Proulx (org.), *Internet, nouvel espace citoyen?* (pp. 13-30). Paris, L'Harmattan.
- Proulx, S. (2007a). The utopia of second generation internet technologies: communication by the masses to the masses. *Communications and Strategies*, 65, *IDATE*: 115-118.

- Proulx, S. (2007b). Interroger la métaphore d'une société de l'information : horizon et limites d'une utopie. *Communication et Langages*, 152: 107-124.
- Proulx, S. (2009). Can the use of digital media favour citizen involvement?. *Global Media and Communication*, 5 (3): 293-307.
- Sheller, M. (2004). Mobile publics: beyond the network perspective. *Environment and Planning D: Society and Space*, 22(1): 39 – 52.
- Silva, P. e Garcia, J. L. (2012). YouTubers as satirists. Humour and remix in online video. *JeDEM - eJournal of eDemocracy and Open Government*, 4(1): 89-114.
- Sunstein, C. R. (2001). *Republic.com*. Princeton: Princeton University Press.
- Wolton, D. (1995). Contradições do espaço público mediatizado. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21/22, Comunicação e política. Lisboa: Cosmos.
- Wolton, D. (1997). *Penser la communication* Paris: Flammarion. (1999. *Penser a comunicação*. Difel Editorial)
- Wolton, D. (1999). *Internet et après? Une théorie critique des nouveaux médias*, Paris: Flammarion.